

## **APELO DE DOCENTES E PESQUISADORES PARA A PRESERVAÇÃO DA GESTÃO DO BEM COMUM NA FAZENDA DE MONDEGGI EM BAGNO A RIPOLI - FIRENZE**

Há cerca três anos atrás um grande número de acadêmicos de diversas universidades italianas e estudiosos de diversos centros de pesquisa manifestaram através de um apelo, a sua contrariedade à venda da Fazenda de Mondeggi, uma propriedade pública que estava em estado de abandono, solicitando às administrações públicas de imaginar um futuro diferente da venda, juntamente com a vasta e variada comunidade que a estava fazendo reviver, se comprometendo a transformá-lo em “bem comum”. Hoje sentimos novamente a necessidade de intervir, porque embora de um lado a comunidade que cuida de Mondeggi cresceu e se consolidou significativamente, do outro lado a administração pública continua a perseguir o caminho da venda, ignorando aquilo que está ocorrendo naquelas terras e evitando um confronto sério que vise dar espaço ao projeto nascido de baixo, que mobilizou tanta energia social e solidária. Depois de tentar leiloar a propriedade e de ter deliberado sobre a decisão de vender alguns terrenos para cobrir as despesas e os juros dos credores, a Cidade Metropolitana vendeu todos os bens móveis da sociedade para cobrir os débitos financeiros com dinheiro público, a fim de leiloar, reunindo em um só lote todos os terrenos, edifícios e até mesmo uma vila de valor histórico. Vem evocada assim a enorme dívida pública - cerca de um milhão e meio de euros - acumulados em dezenas de gestões agroindustriais e de abandono para prosseguir na lógica da venda e pra apagar inteiramente uma gestão alternativa que está dando ótimos frutos. Porém o débito da sociedade agrícola é o resultado de uma administração míope que levou a decisões falidas na política agrônômica com modelos produtivos que alienaram a propriedade, as competências e as técnicas dos camponeses e artesãos, abrindo estrada a um único modelo industrial, primeira causa da poluição, do desemprego e do abandono do território.

Vale à pena repetir que a propriedade pública desde sempre constitui a premissa para a promoção do interesse geral: vender Mondeggi significa negar e perder para sempre a oportunidade de fazer crescer ainda mais um processo de constituição, restauração, uso e aproveitamento de um bem comum que os cidadãos autogeriram nos últimos anos com sucesso, sem o apoio das instituições de financiamento público. Desde 2014, para se opor à venda foi ativada em Mondeggi uma comunidade inclusiva de pessoas que resistem habitando, mantendo e cuidando do imóvel e das terras.

Essa comunidade, que se organiza de maneira horizontal, utilizando a ferramenta da assembléia para realizar decisões em modo compartilhado, mostrou características positivas e inovadoras sob vários pontos de vista, a partir daquele especificamente agrícola até o social e pedagógico, como por exemplo:

- a colaboração com diversos departamentos das universidades italianas e estrangeiras (Firenze, Reggio Emilia, Roma, Cagliari, Siena, Trento, Oxford, Barcellona, etc.) para projetos de pesquisa, teses de graduação e momentos formativos conduzidos por vários docentes universitários;
- A organização de seminários, convênios técnicos e conferências que contou com a presença de importantes personalidades de alto perfil nacional e internacional em conhecimentos e técnicas da agroecologia e temas de atual relevância;
- A progressiva afirmação da fazenda como conexão entre mundo urbano e rural que desencadeou uma livre troca de saberes e competências, na qual se insere a Scuola Contadina (Escola Camponesa), onde professores, agrônomos, especialistas e trabalhadores do campo participam de aulas e laboratórios gratuitos;

- O envolvimento no campo educativo com numerosas aulas de escolas de ensino fundamental e médio em visitas à fazenda para participar de percursos formativos de didática ativa;
- A função crucial da fazenda no incentivo de relações recreativas, de convivência e sociais que constituem os alicerces indispensáveis de uma identidade compartilhada e a premissa de colaboração mútua, cooperação que são necessários para reconstruir com novas bases as comunidades camponesas;
- A experimentação de formas de democracia direta através da adoção de decisões consensuais embasadas em princípios de abertura, inclusão e partilha que resultou em documentos muito elaborados;
  - O recupero e a revitalização de cerca 80 hectares dos 180 totais da fazenda, com cultivo de grãos, cereais, pomar, horta, plantas aromáticas e açafrão, a gestão de oliveiras e vinhedos, criação de cabra e galinha, apicultura, viveiro, manufatura de produtos a base de ervas, produção de cerveja e pão, através da releitura em sentido agroecológico do modelo agrícola tradicional;
- A realização da manutenção autogerida por uma gestão compartilhada do patrimônio habitacional;
- O envolvimento de mais de trezentas pessoas do território na custódia do bem comum, com projetos de autogestão de parte das oliveiras e das hortas compartilhadas (projeto Mo.T.A.);
- A recuperação da variedade local de árvores, plantas e grãos, a organização dos dias de troca de sementes e de uma Casa das Sementes;
- A pragmática tentativa de interlocução com as instituições que conduziu à elaboração de uma “Declaração de uso cívico do bem comum” com a qual o movimento se autoconstituiu em comunidade, e prosperou possíveis formas de reconhecimento legal da experiência.

Nestes últimos anos de custódia a comunidade local se agregou em torno das atividades do comitê, se consolidou e tornou-se consciente de si mesma. Seguindo os passos de outras experiências positivas de Napoli (ex- Asilo Filangieri) e Palermo (Complesso di Montevergini), que viu reconhecer da entidade Pública o seu percurso de gestão compartilhada de um bem comum, foi redigida uma “Declaração de gestão cívica de um bem comum”, com a qual se constitui a Comunidade de Mondeggi, entidade coletiva capaz de preservar e trazer à vida Mondeggi através de um conjunto de regras claras e compartilhadas.

No entanto a Cidade Metropolitana sente a necessidade de pôr fim a esta “ilegal” e “escandalosa” construção de bem comum que em outros contextos, e não apenas, é reconhecido legalmente (ex. cartas sobre a gestão de bens comuns, a custódia dos espaços públicos, formas de intercâmbio de serviços, etc.), mas é também apoiada administrativamente e economicamente porque nessa vem reconhecida um efeito benéfico no fortalecimento do tecido social cada vez mais rarefeito e fragmentado nos dias atuais. De frente ao reiterada vontade da comunidade Mondeggi de dialogar e ver reconhecido a utilidade social de seu trabalho, a Cidade Metropolitana exprime a intenção de vender a inteira propriedade enquanto “pode ser melhor utilizada pelo complexo imobiliário Villa de Mondeggi, e seus acessórios, para cumprir a missão de ‘promoção da ruralidade polifuncional’ como tais requisitos de zoneamento do município de Bagno a Ripoli” sem considerar que a ‘promoção da ruralidade polifuncional’ já está em vigor, assim como práticas de agricultura rural sustentável e de cadeia produtiva curta, capaz de envolver a comunidade local e aumentar o sentimento de pertencimento e de participação.

Se a venda acontecesse, poderia-se prever que esta experiência positiva que está desfrutando de um evidente sucesso seria substituída por uma sociedade financeira que reforçaria o fenômeno de gentrificação e centralização da posse da propriedade fundiária, já em curso na Itália há décadas, resultando no desaparecimento de quase dois milhões de pequenas propriedades camponesas apenas nos últimos trinta anos, sucateando o protagonismo da sociedade local. Mondeggi representa um experimento bem sucedido de gestão de um bem de acordo com as lógicas comunitárias, de solidariedade e autogestão, em contraposição ao individualismo desenfreado, à competição selvagem, e à hierarquia onipresente. Por esses motivos a experiência de Mondeggi é ao mesmo tempo um elemento importante de reflexão mundial urgente sobre os limites do desenvolvimento agro-industrial e uma alternativa funcional e real. A ativação propositiva de um bem comum consente de dar uma resposta prática e viável para a contínua crise ecológica, o desemprego, a deterioração progressiva da qualidade dos alimentos e da fragmentação do tecido social rural. Nós não pedimos o apoio somente daqueles que compartilham nossos princípios, mas também daqueles que acreditam na importância de caminhos não convencionais, alimentada de um protagonismo vindo de baixo como iniciativa para uma difusão do poder, de oportunidades, de modelos culturais para um futuro sustentável e solidário, que hoje parece utópico na Toscana, enquanto em outros contextos tornou-se prática comum. Tendo em vista todos os pontos abordados, pedimos à Cidade Metropolitana de Firenze:

- De não proceder com a publicação do edital de venda;
- De construir um percurso de reconhecimento e diálogo com os sujeitos interessados em consolidar o projeto já iniciado pela Comunidade de Mondeggi, em modo de definir e formalizar métodos inovadores de gestão social e compartilhada da Fazenda de Mondeggi, a partir da “Declaração de gestão cívica de um bem comum”;
- Delinear um projeto de recuperação e valorização no quadro da gestão cívica de Mondeggi assim como ocorrido em outros contextos como Nápoles e Palermo.